



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE MINAS GERAIS**

1Ata da 289ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança
2e do Adolescente - CEDCA/MG, realizada aos **vinte e sete** dias do mês de março de
32014 em sua sede, sala de plenária - Av. Amazonas 558 - 7º andar - Centro - Belo
4Horizonte, com início às 9:30h. Em obediência ao ato presidencial convocatório na
5forma e horário regimental, a Presidente solicitou que se procedesse a chamada dos
6conselheiros, tendo sido constatada a presença dos seguintes conselheiros: Ananias
7Neves Ferreira (Titular - Centro de Voluntariado ao Menor CEVAM), Hudson Roberto
8Lino (Titular - Associação Beneficente Ágape), Eliane Quaresma Caldeira de Araújo
9(Titular - SEDESE), Solange Vieira de Faria Franca (Suplente - Secretaria de Estado
10de Desenvolvimento Social - SEDESE), José Ismar da Costa (Titular - Sindicato das
11Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais -
12SINIBREF/MG), Maria Juanita Godinho Pimenta (Titular - SEDESE), Rita Ferreira da
13Silva Alves (Titular - Associação Instituto Solidário Comunitário Assistencial), Maria de
14Fátima Mayrinck Brito (Titular - Associação do Amor), Elizabeth Moreira dos Santos
15(Suplente - Associação Mineira de Reabilitação - AMR), Maria Madalena de Melo e
16Silva (Suplente - Secretaria de Estado da Educação), Simone Vieira (Titular -
17Convenção Batista Mineira), Maria Margareth Pereira (Suplente - Providência Nossa
18Senhora da Conceição), Alessandra Martins (Suplente - SEDESE), Elaine Rocha
19Maciel (Suplente - Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS), Eny Lauriano da
20Silva (Suplente - Pastoral do Menor Regional Leste II - CNBB), Claudinei Santos Lima
21(Suplente - Axé Criança), Paulo Henrique Freitas Carvalho Costa (Suplente -
22Fundação CDL - Pró Criança), Rejane Alves (Suplente - Secretaria de Estado da
23Saúde), Carlos Roberto Beto da Silva (Associação de Deficientes do Estado de Minas
24Gerais - ADEFOM), Livia Ansaloni Fortes (Suplente - Fundação Benjamin Guimarães -
25Hospital da Baleia), Carina Fonseca Mesquita (Suplente - Secretaria de Estado de
26Planejamento e Gestão). Convidada: Liziane Lima (Ministério Público). Ausências
27**justificadas**: Elisabeth Terezinha de Oliveira Dinardo Abreu (Titular - Polícia Civil),
28Raymundo Rabelo Mesquita (Titular - Inspetoria São João Bosco - ISJB), Andreia
29Cristina Barreto (Kinder Not Hilfe-KNH Brasil), Clodoália Nobre Barbosa (Titular-
30Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG), Ricardo Augusto Zadra (Titular -
31Secretaria de Estado de Fazenda), Camila Silva Nicácio (Titular - Secretaria de Estado
32de Defesa Social). **Injustificadas**: Adriana Alves de Almeida (Titular - Secretaria de
33Estado de Saúde), Cleverson Natal de Oliveira (Suplente - PMMG), Ricardo Luiz
34Amorim Gontijo Foureaux (Titular - Polícia Militar de Minas Gerais), João Alves
35Crisóstomo (Suplente - Associação Pingo de Luz), Stanley Ramos Gusman (Suplente
36- Instituto Ajudar), Auxiliadora Salles Gonçalves (Suplente-Secretaria de Estado da
37Fazenda), Dep. Fabiano Galleti Tolentino (Titular - Assembleia Legislativa de Minas
38Gerais), Maria Geralda Vilela Cupertino (Titular - nomeada aguarda posse -
39representação da Secretaria de Estado de Educação), Deputado Ulysses Gomes
40(Suplente - Assembleia Legislativa de Minas Gerais). Aberto os trabalhos em
41consonância com os ditames regimentais, a Presidente, Eliane Quaresma Caldeira de
42Araújo cumprimentou a todos e passou à apreciação dos pontos de pauta. Foi
43proposta a supressão do item 5 - Escola de Conselhos que foi acatado por todos.
44Onde se lê no item 4 - Plano de Aplicação, leia-se Plano de Ação 2014. O relato das
45Comissões acontecerá no espaço destinado aos informes. A conselheira Maria Juanita
46Godinho Pimenta pediu espaço nos informes, sendo o pedido acatado. Em seguida a
47pauta foi colocada em votação e aprovada pela unanimidade dos conselheiros. A
48Presidente convidou a representante suplente já nomeada pela Secretaria de Estado

49de Planejamento e Gestão para tomar posse como conselheira, Sra. Carina Fonseca
50Mesquita. Já empossada tomou assento a mesa, tendo em vista a ausência da
51conselheira titular, cuja ausência foi justificada. Logo após, passou-se ao primeiro
52ponto da pauta: Aprovação da **Ata Plenária Ordinária nº288** realizada em 20/02/2014.
53O referido documento foi colocado em votação e **aprovado** pela unanimidade dos
54conselheiros presentes. Como é de conhecimento de todos foi publicada a Resolução
55CONANDA nº161 em 20/12/2013, que estabelece os parâmetros para discussão,
56formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do
57adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os
58princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e
59Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do **Plano Nacional Decenal**
60**dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**. Para tanto, se faz necessária a
61formação de Comissão Intersetorial para elaboração deste Plano no nível estadual. A
62Conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta manifestou preocupação com relação a
63existência de tantos Planos (Trabalho Infantil, Enfrentamento a Violência, Convivência
64Familiar e Comunitária), sem que se tenha mecanismos eficazes de monitoramento.
65Citou ainda o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo. Porque não um Plano
66único? Neste instante, Maria Margareth Pereira interveio para informar que no caso do
67Socioeducativo, sua elaboração é obrigatória e prevista em Lei, e, será construído por
68Comissão Intersetorial da Secretaria de Defesa Social, da qual ela faz parte como
69conselheira. De volta com a palavra a Presidente informou que o Plano Decenal
70possui modelo, uma matriz do CONANDA com critérios e integrantes estabelecidos
71em resolução supracitada. Ananias Neves Ferreira informou que durante sua estadia
72em Brasília (Seminário Capacitação de Conselheiros) houve diálogo abordando tais
73planos, sendo sugerido que os demais planos dos estados sejam incluídos como
74capítulos no Plano Decenal. No caso de medidas socioeducativas, como Maria
75Margareth informou, se trata de uma obrigatoriedade legal, contudo, não há impeditivo
76de também constar como mais um capítulo do Decenal. Ananias Neves Ferreira
77argumentou que um Plano com tal complexidade necessita-se contar com alguns
78colaboradores: Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Fóruns de
79Defesa de Direitos, Frente Parlamentar. Sugerido que a Secretária Executiva faça
80esses contatos, torcendo para que o Conselho consiga trazê-los para o grupo. A
81conselheira Rita Ferreira Alves informou que leu o Plano do Paraná e achou muito
82interessante, que os trabalhos para elaboração se iniciou mediante publicação de
83Decreto, com cláusulas e intenções, objetivos, atribuições de cada uma das
84Secretarias que integram a Comissão Intersetorial. Hudson Roberto Lino sugeriu a
85participação da Frente de Defesa. A Comissão Intersetorial para elaboração do **Plano**
86**Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes** ficou
87composto da forma que se segue: **Elizabeth Moreira dos Santos, Claudinei dos**
88**Santos Lima, Maria de Fátima Mayrinck Brito, Eny Lauriano da Silva, Rita**
89**Ferreira da Silva Alves, Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, Rejane Alves,**
90**Elaine Rocha Maciel, Alessandra Martins, Maria Madalena de Melo e Silva, Frente**
91**de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**. As reuniões acontecerão no
92mesmo dia das Comissões Temáticas (parte da tarde). Na sequência a Presidente
93passou ao terceiro ponto da pauta: **Recomposição das Comissões Temáticas**:
94Eliane Quaresma Caldeira de Araújo ressaltou a importância da participação de todos
95os conselheiros nas comissões temáticas, para que não fiquem esvaziadas, se
96reunindo somente com dois integrantes. Falou também que tem conselheiro titular e
97suplente da mesma Secretaria integrando a mesma comissão. A participação seria
98mais efetiva se integrassem comissões diferentes, citando o caso da Secretaria de
99Defesa Social, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Saúde.
100Depois de discutidas todas as possibilidades de remanejamento de conselheiros, as
101**Comissões Temáticas foram recompostas** da forma que se segue: **Comissão de**
102**Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares**: Claudinei dos Santos Lima,

103Alessandra Martins, Carlos Roberto Beto da Silva, Andréa Aparecida Alves Cunha
104Soares, José Ismar da Costa, Dep. Ulisses Gomes, Entidade - Associação 4 de
105Agosto (indicará substituto do conselheiro Edson Perpetuo). **Comissão de Políticas**
106**Públicas**: Andreia Cristina Barreto, Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, Adriana
107Alves Almeida, Paulo Henrique Freitas Carvalho Costa, Rejane Aparecida Alves, Maria
108Madalena de Melo Silva, Cleverson Natal de Oliveira, Maria de Fátima Mayrinck Brito,
109Entidade - UBBE (indicada substituta de Angela Americia - Reginalda Fátima Pereira).
110**Comissão de Orçamento de Finanças**: Ricardo Augusto Zadra, Maria Auxiladora
111Sales Gonçalves, Livia Ansaloni Fortes, Elizabeth Moreira dos Santos, Hudson
112Roberto Lino, Clodoalia Nobre Barbosa. **Comissão de Medidas Socioeducativas**:
113Maria Margareth Pereira, Elaine Rocha Maciel, João Alves Crisóstomo, Camila Silva
114Nicácio, Elizabeth Terezinha Oliveira Dinardo, Raymundo Rabelo Mesquita, Maria
115Juanita Godinho Pimenta, Eny Lauriano da Silva. **Comissão de Normas**: Ananias
116Neves Ferreira, Rita Ferreira da Silva Alves, Solange Vieira de Faria Franca, Simone
117Vieira, Ricardo Amorim Gontijo Foureaux, Dep. Fabiano Tolentino. Foi relatada a
118questão de dois conselheiros da mesma pasta nas comissões, seguindo pendente a
119adequação destes conselheiros na Comissão referente às Secretarias de Estado da
120Fazenda, Secretaria de Estado da Saúde e Defesa Social. Esta **composição das**
121**Comissões Temáticas** foi colocada em votação e **aprovada** pela unanimidade dos
122conselheiros. Na sequência foi **aprovado** o **envio de ofícios aos conselheiros**
123**faltosos**. Avançando na pauta, a Presidente passou ao próximo item: **Plano de Ação**
124**2014**. Foi informado que o Plano de Ação foi publicado, mas retorna nesta sessão
125para contribuição dos conselheiros, após análise nas comissões temáticas, ontem
126pela manhã. Quanto ao Plano de Aplicação de Recursos, a Comissão de Orçamento e
127Finanças está trabalhando nele, e, tão logo conclua será pautado. O Plano de Ação
1282014 foi projetado no telão e ao longo da leitura de cada um dos eixos foram
129acrescidas ações, suprimidas outras e alterado o texto no que os conselheiros
130consideraram pertinentes. O primeiro eixo avaliado foi o de medidas socioeducativas
131com o acréscimo de uma ação - Diagnóstico da situação das medidas socioeducativas
132no estado de Minas Gerais (Sistema Socioeducativo), que após votação e aprovação
133pela unanimidade dos conselheiros foi incorporado ao texto do Plano. Diante desta
134proposta de diagnostico, surgiu discussão em torno da possibilidade de elaboração de
135um diagnostico geral da situação da infância e adolescência no estado. Esta proposta
136foi objeto de discussão, e, após votação com aprovação pela unanimidade dos
137conselheiros, esta ação de realização de diagnostico geral da situação da infância e
138adolescência no estado de Minas Gerais foi acrescida no texto do Plano. Não foi
139definido naquele momento, o texto completo e o eixo em que constará. Chegou a ser
140sugerido o eixo Sistema de Garantia de Direitos. Após a aprovação dos diagnósticos
141surgiu discussão quanto a forma de financiá-los. Sem que se chegasse a uma
142definição concreta. Avançando na análise do Plano de Ação, foram consideradas
143todas as alterações no texto propostas pela Comissão de Apoio aos Conselhos
144Municipais e Tutelares, e de Políticas Públicas, que foram detalhadamente discutidas,
145acatadas e imediatamente acrescentadas ao texto, pela técnica do Conselho, Marta
146Castro Silva. A Presidente informou que as demais comissões não discutiram o plano
147de ação e não trouxeram sugestões. Neste instante, o conselheiro Hudson Roberto
148Lino interveio informando que realmente a comissão não trabalhou no estudo do
149Plano, mas que gostaria de propor naquele momento o acréscimo de uma ação em
150nome da Comissão de Orçamento e Finanças. Sugeriu que a Comissão de Normas
151retome o estudo do Decreto 40.404 de 11/06/1999 publicado no Governo Itamar
152Franco, que dispõe sobre a contribuição para o Fundo da Infância e Adolescência.
153*Art1º - As sociedades de economia mista, as empresas integrantes da administração*
154*indireta do Poder Executivo, destinarão, mensalmente, ao Fundo para a Infância e*
155*Adolescência, instituído pela Lei nº 11.397, de 6 de janeiro de 1994, a importância*
156*correspondente a 1% (um por cento) do imposto de renda devido.* Uma legislação que

157se for trabalhada de forma articulada poderá ser implementada e renderá recursos ao
158FIA estadual. Solicitou também que fosse acrescida ação determinando o
159monitoramento dos recursos do FIA pela Comissão e pelo CEDCA/MG, bem como, o
160constante trabalho de subsídio de informações aos conselheiros concernente a essa
161matéria. Disse que as informações sempre são solicitadas e nunca chegam,
162especialmente os rendimentos dos recursos do FIA. Suas sugestões foram acatadas e
163acrescidas no texto pela técnica no eixo específico do Plano. Finalizada todas as
164considerações ao texto, o **Plano de Ação de 2014** foi colocado em **votação a**
165**aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes** (14 votos), tendo apenas
166um voto de abstenção da conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta. A conselheira
167justificou seu voto de abstenção informando que ao se ausentar da reunião (fim da
168manhã) não participou da discussão do Plano em sua totalidade. Seguindo na pauta a
169Presidente passou ao **Relato das Comissões Temáticas**. Falou pela Comissão de
170Medidas Socioeducativas a conselheira coordenadora “ad hoc” Maria Margareth
171Pereira. Informou que tendo em vista viagem do conselheiro Raymundo Mesquita,
172coordenou os trabalhos na última reunião realizada ontem pela manhã. Relatou que
173aconteceu uma reunião extraordinária (por determinação plenária) destinada a
174apreciação do Relatório conclusivo da Comissão Especial constituída por ato de
175Diretoria Executiva do CEDCA/MG (Mesa Diretora) para inspecionar o Centro
176Socioeducativo São Francisco de Assis, sediado em Governador Valadares, cujo
177histórico de denúncia todos já estão cientes. Antes de entrar no mérito da conclusão
178da Comissão, a conselheira informou que aconteceu, ontem pela manhã, reunião com
179a Diretoria Executiva para definição de fluxo para análise dos processos de inscrição
180de programas de atendimento às medidas socioeducativas que se encontram na
181Comissão de Normas, aguardando documentação pendente de todos os Centros. A
182proposta da Mesa Diretora é criar uma força tarefa para resolver de vez a questão
183destes processos parados. Maria Margareth Pereira ressaltou a importância de
184fortalecer a Comissão de Medidas Socioeducativas para que consiga proceder ao
185exame dos 29 processos que estão de posse da Comissão de Normas. Foi proposta a
186realização de reunião no dia **04/04/2014 às 9h**, com a Comissão de Medidas
187Socioeducativas, a Presidente - Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, a Secretária
188Executiva Marice Ceres de Sousa, as técnicas: Ana Rita, Marta Silva, Maria do Carmo,
189e a Sra. Mariana Vidigal que atuará como consultora. A coordenadora informou que a
190constituição de uma força tarefa se faz necessário para estabelecer procedimentos de
191análise e agilizar os processos. Há indicativo de outra reunião deste grupo no dia
19208/04. Voltando ao caso do Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, Maria
193Margareth Pereira informou que foram analisados detalhadamente todos os ofícios
194recebidos pelo Conselho (SEDS/SUSE e do CAIO-IJ/MG - Dra Andreia Carelli e Dra
195Paola Rodrigues), os relatórios técnicos da Promotoria de Governador Valadares,
196relatório conclusivo da **Comissão Especial do CEDCA/MG**, composta pelos
197conselheiros: Hudson Roberto Lino, Maria de Fátima Mayrinck Brito, Rita Ferreira da
198Silva Alves, em reunião extraordinária realizada no dia **10/03/2014**. Foram avaliadas
199também todas as fotos tiradas na ocasião da visita da Comissão Especial. Estavam
200presentes as seguintes pessoas: Raymundo Rabelo Mesquita (coordenador), Maria
201Margareth Pereira, João Alves Crisóstomo, Eny Lauriano da Silva, Elisabeth Oliveira
202Dinardo Abreu, a técnica da Comissão, e, Bernardino Cunha (Assessor da
203Subsecretária de Atendimento às Medidas Socioeducativas - Dra. Camila Silva
204Nicácio). A conselheira Maria de Fátima Mayrinck Brito interveio dizendo que tudo que
205constou do relatório da Comissão Especial procede, que a unidade não está em
206consonância com o SINASE, ressaltando as condições precárias encontradas na
207unidade. Disse que não deseja a ninguém tal tratamento, afirmando: “O que não
208quero para meu filho não quero para nenhum outro adolescente”. “Fios decapados;
209colchões no chão; quadra coberta, mas com arquibancada descoberta; não há
210separação por faixa etária e porte físico; espaço fétido; abuso sexual de adolescentes

211maiores contra os menores”. Reconhece que não foram capacitados para ir na
212unidade e inspecioná-la, mas que tentaram fazer o melhor, e, por estarem mais
213próximos do Centro aceitaram a tarefa. A conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta
214interveio querendo mais esclarecimentos, pois, não entendeu porque a matéria estava
215sendo novamente discutida, se o deliberado na última plenária foi exatamente
216encaminhar o assunto à Comissão específica para que trouxesse o parecer indicativo
217de decisão para o plenário. Onde está a conclusão da Comissão? De volta com a
218palavra, e, esclarecendo ao questionamento da conselheira, a coordenadora “ad hoc”
219Maria Margareth Pereira continuou o relato da Comissão, procedendo à leitura do
220**Parecer da Comissão de Medidas Socioeducativas** aprovado no dia 10/03/2014,
221cujo inteiro teor é o que se segue: “*Belo Horizonte, 10 de Março de 2014*”. “*A*
222*Comissão de Medidas Socioeducativas do CEDCA/MG reuniu-se, nesta data, para*
223*apreciar o relatório da Comissão Especial nomeada para visita ao Centro*
224*Socioeducativo São Francisco de Assis - Governador Valadares, objeto de denúncia*
225*por parte do Ministério Público, composta pelos Conselheiros Hudson Roberto Lino,*
226*Rita Ferreira Alves e Maria de Fátima Mayrinck Brito, bem como a resposta da*
227*Secretaria de Defesa Social e relatório do Ministério Público. Após apreciação e*
228*discussão de todos os relatórios e documentos afetos e complementares (fotografias)*
229*esta Comissão de Medidas Socioeducativas **delibera** o seguinte: A visita foi realizada*
230*em um período pós enchentes, o que prejudicou a avaliação das reais condições de*
231*funcionamento do referido Centro Socioeducativo. Em resposta, a Secretaria de*
232*Defesa Social esclareceu em sua defesa que alguns aspectos independem de sua*
233*ação direta, mas do Poder Público Municipal (Prefeitura). Ainda considerado o*
234*planejamento para melhoria efetiva do atendimento aos adolescentes. Diante do*
235*exposto, a Comissão de Medidas Socioeducativas propõe a continuidade do*
236*monitoramento desta unidade socioeducativa pela Comissão Especial, visando*
237*acompanhar a realização das melhorias propostas pela Secretaria de Defesa Social,*
238*dentro de um prazo estabelecido pela plenária. Em relação a ação ajuizada pelo*
239*Ministério Público, é conveniente aguardarmos a decisão do trâmite processual do*
240*referido processo no Poder Judiciário, sem prejuízo de outras ações complementares*
241*que puderem ser desenvolvidas por esta Comissão e pelo CEDCA/MG no envio de*
242*informações adicionais”*. Logo em seguida Maria Margareth Pereira procedeu à leitura
243da conclusão do *Relatório da Comissão Especial do CEDCA/MG* elaborado pelos
244conselheiros Hudson Lino, Rita Ferreira Alves e Maria de Fátima Mayrinck Brito; que é
245o se segue:” **Conclusão da Comissão Especial:** “*O serviço ofertado no Centro*
246*Socioeducativo São Francisco de Assis, localizado na Rua Soldado Edson Veloso, n°*
247*700, bairro Santos Dumont II, neste, foi restabelecido de forma precária, ferindo os*
248*direitos dos adolescentes que ali se encontram, privados a liberdade. Sendo este*
249*relatório um material para subsidiar eventuais medidas a serem adotadas pelo*
250*colegiado do CEDCA/MG, reafirmamos após a visita que as precariedades*
251*permanecem e continua ferindo incisivamente a dignidade do ser humano, a exemplo*
252*das condições depressivas dos alojamentos, lixo ao redor da instituição, sobrecarga*
253*da equipe técnica em virtude da necessidade de mais profissionais e do excessivo*
254*número de adolescentes atendidos por analista. A desconsideração da realidade local*
255*com a imposição de normas e regras provenientes do Regimento Interno Único do*
256*CIA/MG é ainda mais notória com a fala dos adolescentes que informaram que*
257*desconhecem o regimento, que não sabem os motivos das “trancas”. Contudo há que*
258*se destacar o esforço da equipe técnica em atender aos adolescentes numa*
259*perspectiva mais formativa, prestando-lhes atendimento em suas respectivas áreas de*
260*atuação, mediante observância de cronograma preestabelecido e, prontamente, em*
261*casos de urgência, mesmo diante das inúmeras dificuldades aqui relatadas. Em suma,*
262*a constatação diante da visita ao CSSFA de GV realizada pela comissão de*
263*Conselheiros do CEDCA/MG, que o local do referido centro, não está dentro das*
264*normativas do SINASE, prevalecendo à ausência de oficinas profissionalizantes, a*

265 falta de mais opção diária de lazer e a não contratação de novos profissionais,
266 permanecendo a superlotação no centro, consiste em um “depósito de adolescentes”
267 enfatiza a preponderância de aspectos negativos que persistem no atendimento,
268 dificultando a perspectiva de ressocialização dos internos, os quais, provavelmente,
269 retornarão ao convívio social, desprovidos de princípios necessários ao exercício da
270 cidadania, e, portanto, potencialmente, reincidentes de atos infracionais caso não haja
271 as intervenções necessárias pelas autoridades competentes. Segue anexo foto do
272 local no dia da visita. Coronel Fabriciano - MG, 16 de Fevereiro de 2014. Hudson
273 Roberto Lino, Maria de Fátima Mayrinck Brito, Rita Ferreira da Silva Alves -
274 Conselheiros (as) Titulares do CEDCA/MG”. Terminada a leitura dos documentos a
275 conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta voltou a se manifestar argumentando que
276 se a Comissão já deliberou sobre a matéria e emitiu parecer, esta plenária deve se
277 posicionar e proceder a encaminhamento como já definido em sessão anterior. Senão,
278 de nada adiantou o Promotor ter saído de Governador Valadares e participado de
279 plenária do Conselho. A Comissão Especial em seu relatório não especificou os
280 pontos elencados como problema no Centro à luz da legislação vigente, seja, o
281 SINASE. Se isto não for feito o CEDCA ficará devendo um posicionamento ao
282 Ministério Público. A conselheira Maria Margareth Pereira interveio dizendo que tais
283 pontos devem então ser elencados pela Comissão Especial, que foi quem visitou e
284 inspecionou a referida unidade socioeducativa. Falou também que chegou ao seu
285 conhecimento informação (não oficial) de que o processo ajuizado contra o Centro
286 Socioeducativo foi arquivado. Esta informação foi desmentida por Liziane Lima (CAIO-
287 IJ/MG) após consulta feita (por telefone) objetivando apurar a veracidade dos fatos.
288 Relatou que o processo está em fase de audiência de instrução, e, que pode ser
289 consultado no site do Tribunal de Justiça diariamente pelos conselheiros. Ananias
290 Neves Ferreira se manifestou dizendo achar prudente aguardar um pouco o resultado
291 desse processo e acompanhar seu andamento. Propôs o envio de ofício ao Secretário
292 de Estado da Defesa Social, encaminhando todos os relatórios e solicitando
293 providências urgentes e estabelecendo para resposta ao CEDCA/MG. A conselheira
294 Rita Ferreira Alves se manifestou dizendo que não assinará mais nenhum expediente
295 como conselheira da Comissão de Normas enquanto não se efetivarem as visitas a
296 todos os Centros Socioeducativos no estado. Em seu entendimento não há como
297 conceder o registro dos programas sem verificar *in loco* as condições em que se
298 encontra cada unidade socioeducativa. Informou que: “Como os conselheiros da
299 Comissão são pessoas comuns, não são técnicos e teóricos do assunto, encaminhou
300 ofício ao Promotor pedindo informações sobre o assunto”. Perguntou ao plenário: “O
301 que o CEDCA/MG pode fazer diante da negativa do envio da documentação para
302 concessão dos registros? O que o Conselho pode de fato fazer diante da negativa de
303 apresentação da documentação solicitada aos Centros Socioeducativos?” Finalizou
304 ressaltando que o Ministério Público fez o seu papel, esteve aqui e deu o recado. Qual
305 medida será adotada pela Diretoria Executiva? O que fará agora? Ananias Neves
306 Ferreira se manifestou fazendo um retrospecto das medidas tomadas pelo Conselho
307 desde o recebimento do ofício da Promotoria até a constituição da Comissão Especial,
308 com a atribuição de inspecionar a unidade socioeducativa. Ressaltou que não há
309 como emitir qualquer parecer sem que se verifique *in loco* as condições de
310 funcionamento e estrutura voltada ao atendimento dos adolescentes. Para tanto,
311 salientou a importância da elaboração imediata de cronograma de visitas a todos os
312 Centros Socioeducativos. Com relação a realização do registros dos programas de
313 atendimento no Conselho, ainda há algumas ações necessárias. Citou o caso do
314 ofício encaminhado ao Centro Socioeducativo São Francisco de Assis em Governador
315 Valadares solicitando informações sobre a denúncia do Ministério Público e
316 notificando quanto a falta de documentação da unidade para o registro. Para sua
317 surpresa, o Correio devolveu o envelope ao Conselho informando não ter localizado o
318 destinatário. Perguntou: “Como pode um Centro Socioeducativo não ser encontrado”.

319Informou que foram novamente notificados e a resposta chegou esta semana
320assinado pela Diretora Geral - Kamilla Delfino e pelo Diretor de Segurança - John
321William Godinho. Informaram que está em processo de obtenção do alvará da
322vigilância sanitária e do corpo de bombeiros. Na oportunidade procedeu a leitura do
323referido ofício em seu inteiro teor. A Presidente retomou a palavra lembrando que foi
324constituída força tarefa para agilizar os processos de registro dos programas de
325atendimento, e a unidade socioeducativa de Governador Valadares será a primeira a
326ser avaliada. Serão elaborados procedimentos e diretrizes para nortear a análise do
327mérito. Com relação a denúncia, a da Comissão de Medidas Socioeducativas se
328reuniu e analisou todos os relatórios, com a presença de representante da SEDS (Dr.
329Bernardino Cunha) e tomou sua decisão baseado nas informações dele coletadas
330naquele momento, que é o parecer lido por Maria Margareth Pereira. Contudo, faltou
331as informações que ele se comprometeu em apresentar ao Conselho, corroborando
332sua fala na reunião, e, elencando as ações que a SEDS já cumpriu voltadas ao
333reordenamento do Centro Socioeducativo. Ananias Neves Ferreira, voltando ao
334assunto do registro dos programas de atendimento, se manifestou informando o que
335foi discutido na Comissão de Normas, dizendo que talvez a alternativa seja mesmo
336indeferir todos os processos. Contudo, propôs na Comissão conceda o prazo de 90
337dias para que sejam respondidas todas as diligências, formais e documentais. Disse
338que discutiu esta ideia com as Conselheira Rita Alves e Solange Franca, e que agora
339socializou com os demais conselheiros. Lamentou o fato de não ter recebido
340contribuições ao texto do regimento interno (único) dos Centros Socioeducativos.
341Somente o conselheiro Claudinei Santos Lima encaminhou sugestão ao texto.
342Informou que a Comissão de Normas vai encaminhar para votação sem as alterações.
343A conselheira Elaine Rocha Maciel pediu a palavra e procedeu a leitura de ofício
344(entregue naquele momento à Mesa Diretora) elencando algumas ações tomadas pela
345Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas voltadas ao atendimento
346dos adolescentes no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, informações que
347Bernardino Cunha já prestou à Comissão de Medidas Socioeducativas no dia em que
348participou da reunião no CEDCA/MG. Ananias Neves Ferreira voltou a defender o
349envio de correspondência ao Secretário da área, com todo o processo anexo, para
350que tome conhecimento e possa agir. Ressaltou que todo o detalhamento do caso já
351se encontra no processo ajuizado (Ação Civil Pública) e que continua a tramitar no
352Poder Judiciário. Maria Margareth Pereira ressaltou que a Comissão avaliou toda a
353documentação afeta à matéria e já se manifestou de forma conclusiva. A análise do
354relatório da Comissão Especial (com fotografias) foi o principal instrumento de tomada
355de decisão da Comissão de Medidas Socioeducativas na reunião do dia 10/03.
356Contudo, diante da falta de definição deste plenário não sabe mais o que dizer. Diante
357do exposto, e, esgotadas todas as alternativas de encaminhamento, a Mesa Diretora
358propôs o seguinte: **Que a Comissão de Medidas Socioeducativas e a Comissão**
359**Especial que inspecionou o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis se**
360**reunirão no dia 11/04/2014 às 14h na sede do CEDCA/MG.** Esta proposta foi
361colocada em votação e aprovada pela unanimidade dos conselheiros (14 votos).
362Registra-se apenas o voto de abstenção da conselheira Rita Ferreira Alves. Logo
363após, Hudson Roberto Lino solicitou que sejam garantidas diárias de viagem aos
364conselheiros do interior que integram essas Comissões. Maria Juanita Godinho
365Pimenta interveio para informar que não há tempo hábil para pagamento dessas
366diárias de forma antecipada, pelas razões e procedimentos concernentes aos prazos
367que todos já conhecem. Não há logística e mecanismos operacionais para pagamento
368desta diária específica e não prevista. Ressaltou que não gostaria de ter que ouvir em
369plenária futura que conselheiro veio com recurso próprio. Na oportunidade, Ananias
370Neves Ferreira se manifestou dizendo que o CEVAM viabilizará a viagem dos
371conselheiros, e depois a SEDESE procederá ao pagamento da despesa. Diante do
372avançado da hora, 13:30h, a Presidente consultou o plenário quanto ao intervalo para

373o almoço, ficando acordado que aconteceria naquele momento e o retorno às 14:30h.
374Ao retomar os trabalhos a Presidente passou ao ponto de pauta: **Relato das**
375**Comissões**. Concedida a palavra a Claudinei dos Santos Lima que falou pela
376Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares. O conselheiro informou
377que a comissão se reuniu e deliberou o seguinte: 1. articular para que o CEDCA e a
378SEDESE elaborem o documento “perguntas e respostas” com linguagem acessível e
379seja inserido nos dois sites. 2. Propor que o Conselho Estadual após conclusão do
380trabalho do GT (criado para a revisão de toda a legislação do CEDCA/MG) publique
381um compêndio contendo toda a legislação federal, estadual afeta à área da infância.
382Este compêndio conterà também as resoluções do CEDCA/MG que servirão de
383instrumento de consulta para os CMDCA's. 3. Elaborar resposta ao ofício da Juíza da
384Comarca de Jequeri que encaminhou relatório de atividade do conselho tutelar,
385convidando-a a participar da plenária regionalizada que acontecerá na sua região no
3862º semestre. 4. O CEDCA/Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares
387encaminharão ofício aos municípios, CMDCA's e Prefeituras para que sejam
388observados os princípios da Lei Federal nº12.696/2012. Também o conteúdo das
389Resoluções: nº139 do CONANDA ; nº49 e nº 50 do CEDCA/MG que tratam da
390responsabilidade no financiamento para a estruturação e manutenção dos Conselhos
391Tutelares, além de expediente reforçando a orientação de que tais recursos sejam
392previstos no orçamento municipal. Pela Comissão de Orçamentos foi concedida a
393palavra à Elizabeth Moreira dos Santos. A conselheira justificou a ausência de
394Ricardo Zadra - Coordenador da Comissão. Informou que Ricardo Zadra comunicou
395aos integrantes da COF que ficará na coordenação somente até 30/07/2014. Que já
396se preparassem para indicar outra pessoa. Disse que foi discutido o ofício entregue
397pela Mesa Diretora sobre os “rolezinhos”. Apreciados também projetos de retirada e
398elencadas pendências que serão notificadas. Com relação ao Plano de Aplicação de
399Recursos, a elaboração ficou prejudicada pelo não recebimento das informações
400solicitadas à SEDESE. Ainda que: “a Comissão vem lutando há tempo e sem sucesso
401para que os rendimentos do FIA sejam identificados com vistas a integrar a conta do
402FIA”. Avançando no relato falou do recurso da Petrobras, que de acordo com
403conselheiro Hudson Roberto Lino, apesar dos valores terem sido depositados no FIA
404em 2009, até agora praticamente nada foi feito para que as entidades que
405apresentaram projeto fossem contempladas. A deliberação da Comissão foi convidar a
406Mesa Diretora e a SEDESE para tratar deste assunto na próxima reunião da
407Comissão. A proposta que a Comissão de Orçamento e Finanças apresentou à
408plenária foi a seguinte: “que a Diretoria Executiva (Mesa Diretora) convide a SEDESE
409(Diretoria de Finanças) para que compareça em reunião com a Comissão de
410Orçamento de Finanças, e possam conjuntamente deliberar sobre os recursos da
411Petrobras, que se encontra parado na conta única do estado”. “E também sobre os
412rendimentos do FIA”. Eliane Quaresma Caldeira de Araújo interveio informando que a
413Petrobras fez convênio com o Conselho Estadual, mas que algumas entidades não
414conseguiram o financiamento de seu projeto, devido a falta de documentação para
415conveniar. A entidade chegou a ser substituída por outra. O termo de convênio venceu
416e não foi renovado com a Petrobras. Segundo a Presidente não há como renová-lo e
417nem executá-lo, sendo que os recursos permanecem no FIA. E o departamento
418jurídico da SEDESE pediu para eles se manifestarem sobre o que fazer, mas não
419obteve resposta. O jurídico da SEDESE ponderou quanto a renovar este termo de
420convênio e/ou assinar outro instrumento jurídico. Hudson Roberto Lino disse que a
421proposta da Comissão de Orçamento do CEDCA/MG é convidar todos os envolvidos,
422sentar, conversar e tentar resolver a questão. Outro assunto levantado pela COF foi a
423com relação ao cadastro do CEDCA/MG na Secretaria Especial de Direitos Humanos
424da Presidência da República, e, conseqüentemente não consta da receita federal. A
425Presidente sugeriu solicitar à SEDESE informação para solução desta questão. A
426conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta interveio e solicitou que o CEDCA/MG

427encaminhasse diretamente para ela (Subsecretária de Direitos Humanos) ofícios
428detalhando todas estas situações elencadas no relato da comissão de orçamento e
429finanças, para que possa tomar conhecimento oficialmente do histórico de tais
430matérias. Somente desta forma poderá atuar efetivamente, encaminhando as
431demandas ao jurídico e demais setores da SEDESE para as providências que se
432fizerem necessárias. Ressaltou a importância de todo e qualquer questionamento e/ou
433solicitação ser encaminhada à SEDESE por escrito, evitando qualquer mal-entendido.
434Diante disto foi sugerido o seguinte **encaminhamento** para **votação: Envio dos**
435**ofícios abaixo relacionados à SEDESE:** **1.** Envio de correspondência solicitando
436informações sobre a prestação de contas do Fundo para Infância e Adolescência - FIA
437estadual. O ofício deve contemplar também informações acerca dos rendimentos do
438FIA não creditados na conta. **2.** Envio de ofício detalhando o histórico situacional que
439envolve o convênio do CEDCA/MG com a Petrobras, com todos a documentação
440subsidiária a compreensão da matéria anexa. **3.** Envio de ofício solicitando a
441separação da conta do FIA da conta geral do tesouro do estado, especificando os
442recursos a ela destinados para controle deste órgão colegiado. **4.** Envio de ofício para
443que a SEDESE verifique o motivo da inexistência de janela no sistema da receita
444federal para o CEDCA/MG. Trata-se de instrumento que viabiliza a destinação de
445recursos do imposto de renda devido ao FIA. **5.** Ofício solicitando à SEDESE
446posicionamento formal quando ao pagamento dos processos aprovados e que se
447encontram parados devido a impedimento do ano eleitoral. O envio destes cinco
448expedientes foram colocados em **votação e aprovados** pela unanimidade dos
449conselheiros. Fechando os relatos da comissão foi informado que a Comissão de
450Políticas Públicas destinou quase toda a reunião analisando os Plano de Ação 2014,
451que os demais temas de estudo serão analisados em próxima reunião. O relato da
452Comissão de Medidas Socioeducativas foi feito no início da sessão plenária. A
453Presidente informou o recebimento de correspondência do CONANDA convidando
454para reunião em **Brasília nos dias 10 e 11/04/2014**. Foi solicitada a indicação de um
455conselheiro da sociedade civil e outro governamental. O encontro objetiva tratar de
456questões ligadas a realização das conferências municipais e estadual prevista para
457acontecer em 2015. O plenário foi consultado e indicados os conselheiros: **Ananias**
458**Neves Ferreira e Eliane Quaresma Caldeira de Araújo**. As despesas com o
459conselheiro da sociedade civil serão pagas pelo CONANDA. Já as despesas com o
460conselheiro governamental não serão custeadas pelo evento. Em seguida a
461Presidente informou que ainda não há indicação de conselheiro da Comissão de
462Medidas Socioeducativas (ou de outra Comissão) para compor o Fórum Intersectorial
463de Atendimento às Medidas Socioeducativas em Belo Horizonte. Nenhum dos
464conselheiros da Comissão de Medidas Socioeducativas, presente na reunião, aceitou
465esta representação. Foi solicitado que a Secretaria-Executiva consulte o coordenador
466da Comissão Raymundo Mesquita, tão logo retorne de viagem ao exterior. Também a
467conselheira Eny Lauriano que (naquele momento) não estava na sala de reunião.
468Ainda com a palavra a Presidente propôs o adiamento da plenária de abril que estava
469prevista para acontecer dia 09/04, considerando a proximidades das datas entre as
470plenárias. Consultou o plenário e acordou-se uma nova data para a realização da
471plenária ordinária de abril: dia 24/04/2014 em horário regimental, e, as Comissões
472Temáticas no dia 23/04. Esta proposta foi colocada em **votação e aprovada** pela
473unanimidade dos conselheiros. Em seguida a Presidente fez breve relato das ações já
474implementadas pelo Comitê Integrado (Copa), as ações ainda por executar conforme
475Plano de Ação, citando alguns de seus eixos norteadores: articulação/mobilização:
476Fóruns, rede, Creas, Conselhos Tutelares e outros. Capacitação: 43 municípios
477participaram, tendo faltado apenas 4 para completar a totalidade de municípios
478esperados, discutindo e pactuando o fluxo de atendimento durante o evento. Estão
479envolvidos corpo de bombeiros, guarda-civil, comissariado, profissionais da área da
480segurança pública e etc. O Plantão integrado funcionará de 12/06 a 13/07, com eixo

481de atendimento no Juizado da Infância. Os eventos culturais na Gameleira. A
482conselheira Rita Ferreira Alves informou que a entidade Aiscas está promovendo uma
483capacitação sobre o sistema de garantia de direitos, voltada ao cumprimento da
484resolução nº49 e nº50. O Conselho receberá, em breve, o ofício informando tudo e
485pedindo o apoio para que os conselhos tutelares possam participar e se prepararem
486para a eleição nacional. Na sequência Maria Juanita Godinho Pimenta informou que
487aconteceu a inauguração da 11ª unidade de registro civil crianças dentro de
488maternidade. Outras serão inauguradas em breve, até atingir a totalidade de 35
489unidades. A conselheira informou que encaminhará ao CEDCA/MG a lista com todas
490as unidades já inauguradas. Ainda com a palavra, disse que a Subsecretaria de
491Direitos Humanos, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia implantará o
492projeto escola à distância, sendo 7 modalidades de capacitação em direitos humanos,
493em diversos segmentos: criança e adolescente, idoso, portador de deficiência, mulher,
494igualdade racial e etc. Serão utilizados 100 polos do UAITEC - Universidade Aberta e
495Integrada do Estado de Minas Gerais - Governo de Minas (Ciência, Tecnologia e
496ensino superior). Ainda nos informes o vice-presidente relatou que: para a elaboração
497do Plano Decenal Estadual de Direitos Humanos serão liberados R\$400.000,00 aos
498estados, sendo permitida inclusive a contratação de consultoria. Para tanto solicitou
499aos conselheiros que se mobilizem e articulem junto às universidades para se
500candidatarem à elaboração do projeto, inscrevendo-se para concorrer ao recurso,
501opção esta assentida pelo plenário. O prazo é de 45 dias para inserção do projeto no
502SICONV. Em seguida leu o ofício enviado pela UBEE - Marista, informando a
503substituição da conselheira Angela Americia Leite pela Sra. Reginalda Fátima Pereira.
504Solicitou à Secretaria-Executiva que procedesse a nomeação da nova representante
505no Conselho. Solicitou a indicação de conselheiro para representar o Conselho no
506ciclo de debates destinado a discussão da questão do tráfico de pessoas. Estão
507acontecendo reuniões preparatórias para o evento na Assembleia Legislativa de Minas
508Gerais, das quais ela já tem participado. Diante do exposto, a conselheira Simone
509Vieira aceitou participar com a Presidente destas reuniões, como representantes do
510CEDCA/MG na ALMG. A Presidente do CEDCA/MG, Eliane Quaresma Caldeira de
511Araújo, verificando que mais nada havia a tratar nem a deliberar, declarou encerrada
512esta sessão plenária ordinária às 17h, da qual foi lavrada a presente ata que após
513aprovação será assinada por todos os Conselheiros na forma e termos regimentais.